

Conclusão da Análise Horizontal

Com base na análise horizontal dos indicadores Salário Mínimo, IPCA e Endividamento das Famílias, é possível traçar uma leitura crítica da trajetória econômica brasileira nas últimas décadas, destacando padrões históricos e projetando cenários futuros com base nessas tendências.

1. Salário Mínimo

O comportamento do salário mínimo indica uma tendência de crescimento real até 2019, com aumentos consistentes acima da inflação, refletindo políticas públicas voltadas à valorização do poder de compra das camadas mais vulneráveis da população. Entretanto, a desaceleração em 2020 (+4,66%) e a aparente anomalia em 2021 (+116,89%) exigem atenção: este último salto, se não se tratar de erro metodológico, pode indicar mudanças abruptas nas políticas de remuneração mínima, eventualmente ligadas a pressões sociais e eleitorais.

Projeção: A continuidade da valorização dependerá da sustentabilidade fiscal e da trajetória inflacionária. Com inflação controlada e crescimento moderado, espera-se reajustes entre 5% e 7% ao ano. Cenários de instabilidade fiscal ou desaceleração econômica tendem a conter esse crescimento.

2. IPCA (Inflação)

O IPCA mostra oscilações marcantes ao longo dos anos, refletindo vulnerabilidades da economia brasileira diante de choques externos e internos. O pico de +53,66% em 2015 coincide com crise política e cambial. A explosão de +116,89% em 2021 reflete efeitos da pandemia, desorganização das cadeias produtivas e pressões fiscais.

Situação Atual: Em 2024, a inflação voltou a ser motivo de preocupação, com aumento de preços impulsionado principalmente por **gastos públicos elevados e expansão fiscal contínua**. O aumento de despesas governamentais sem correspondente crescimento de receita pressiona a demanda agregada e enfraquece a credibilidade da política monetária, exigindo taxas de juros elevadas para conter os efeitos inflacionários.

Projeção: Se os gastos públicos continuarem em patamar elevado sem reformas fiscais significativas, a inflação pode ultrapassar o centro da meta do Banco Central (3%). Projeta-se, assim, uma inflação entre 4% e 6% para os próximos anos, com risco de alta em caso de instabilidade fiscal persistente.

3. Endividamento das Famílias

O crescimento do endividamento indica fragilidade na saúde financeira das famílias brasileiras. O aumento em 2021 (+14,61%) destaca o uso intensificado de crédito diante da

perda de poder de compra e incertezas econômicas.

Projeção: O nível de endividamento está diretamente ligado à inflação, aos juros e à renda real. Com juros elevados para conter a inflação — em parte causada pelo excesso de gastos públicos —, há risco de deterioração da capacidade de pagamento. Para reversão desse quadro, é necessário combinar **educação financeira, programas de renegociação de dívidas e crescimento sustentável da renda.**

Conclusão Geral

A análise horizontal revela avanços na renda mínima, mas também pressões inflacionárias persistentes e crescimento preocupante do endividamento. Para o futuro, **a estabilidade econômica dependerá fortemente da consolidação fiscal. Os gastos públicos excessivos têm sido um fator-chave para o aumento da inflação recente,** exigindo postura firme das autoridades monetárias e fiscais.

Cenário otimista: Com ajuste fiscal, controle da inflação e retomada econômica, projeta-se recuperação da renda real e estabilização do endividamento.

Cenário pessimista: Caso persistam desequilíbrios fiscais e ausência de reformas estruturais, a inflação pode se manter elevada, deteriorando o poder de compra e ampliando o risco de inadimplência entre as famílias.

A trajetória futura dependerá da capacidade do país em alinhar políticas públicas a uma visão de longo prazo, baseada em responsabilidade fiscal, investimento produtivo e proteção ao poder aquisitivo da população.

Evento	Ano	Salário Médio Antes	Salário Médio Depois	IPCA Médio Antes	IPCA Médio Depois	Endividamento Médio Antes	Endividamento Médio Depois
Crise Financeira Global	2008	R\$ 332,22	R\$ 534,25	0.3617	0.4583	24,59%	40,16%
Crise Econômica no Brasil	2015	R\$ 674,67	R\$ 942,25	0.4911	0.3531	46,85%	45,69%
Pandemia COVID-19	2020	R\$ 963,00	R\$ 1259,50	0.3008	0.5115	45,64%	59,68%

Destaques Econômicos Relevantes

Política de recuperação via salário mínimo: Após períodos de crise econômica, como em 2008 e 2015, observou-se aumento consistente no salário mínimo. Isso evidencia o uso de políticas públicas voltadas à recomposição da renda e estímulo ao consumo interno.

Crise de 2008 e endividamento: A crise financeira global de 2008 coincidiu com o maior salto percentual no endividamento das famílias (de 24% para 40%), refletindo o uso intensificado do crédito como mecanismo de sustentação do consumo em cenário recessivo.

Inflação no pós-pandemia: Em 2021, o IPCA apresentou alta expressiva, impulsionado pelos efeitos da pandemia, incluindo desorganização das cadeias produtivas, aumento nos custos de insumos e pressão cambial. A inflação elevada no pós-COVID foi um dos principais desafios macroeconômicos recentes.

Previsão Futura (2025–2027)

Ano	Salário Mínimo Previsto
2025	R\$ 1.400,48
2026	R\$ 1.459,09
2027	R\$ 1.517,70

Modelo Utilizado:

Regressão Linear Simples, considerando apenas o **ano** como variável explicativa (modelo de tendência temporal).

Explicação para o professor:

A previsão foi gerada a partir da tendência histórica do salário mínimo entre os anos de 2005 e 2024, desconsiderando variáveis como inflação ou endividamento. Essa abordagem considera que o salário mínimo cresce ao longo do tempo de forma consistente, refletindo políticas públicas regulares de reajuste.

Como se baseia unicamente no fator tempo, o modelo assume que o padrão histórico de crescimento linear continuará, o que é útil para observar tendências, embora não incorpore choques externos, mudanças políticas ou alterações na regra de correção do salário mínimo.

Conclusão Técnica:

Essa previsão oferece uma estimativa plausível para os próximos anos, alinhada à trajetória dos últimos reajustes. Pode ser utilizada como uma base inicial de projeção, porém, para uma análise mais precisa, recomenda-se o uso de modelos que integrem variáveis econômicas futuras, como inflação projetada, produtividade e política fiscal vigente.